

# Agricultura de pluriactividade e integração espacial\*

Aida Valadas de Lima \*\*

*Resumo:* A agricultura de pluriactividade e, complementarmente, o que a autora designa por construção social da ruralidade são o ponto de partida para uma reflexão que procura colocar a questão da necessidade de redefinir as fronteiras entre o rural e o urbano. Tomando como realidade empírica de referência, a realidade portuguesa, procura-se neste artigo, através das duas questões enunciadas, salientar a pertinência do paradigma da integração entre espaços sociais, sem deixar de questionar, pelo menos no que à realidade empírica portuguesa se refere, a imagem do "fim do rural".

## 1. Introdução

No início dos anos 80, e para os países do Centro Europeu, começa a ganhar expressão a imagem do "fim do rural". De facto, a análise das transformações em curso no espaço rural, nesses países, põe a tónica num duplo movimento - especialização do espaço agrícola/diversificação do espaço rural.

A agricultura de pluriactividade e, complementarmente, o que designaremos por construção social da ruralidade servir-nos-ão de ponto de partida para uma reflexão que, sem pretender ser sistematizada ou exaustiva, procurará colocar a questão da necessidade de redefinir as fronteiras entre o rural e o urbano e apontar para tomar como referencial de análise um novo paradigma de articulação/integração espacial.

Tomando como realidade empírica de referência a realidade portuguesa procuraremos, através das duas questões atrás enunciadas, salientar a pertinência do paradigma da integração entre espaços sociais, sem deixar de questionar, pelo menos no que à realidade empírica portuguesa se refere, a imagem do "fim do rural". Esta noção de fim faz pensar num fim precedente - o "fim dos

---

\* O texto agora publicado constitui a versão escrita de uma comunicação apresentada ao Seminário "Urbanização e Organização do Território", realizado no ISCTE entre Abril e Junho de 1988 por iniciativa das equipas docentes de Sociologia Rural e de Sociologia Urbana. Agradeço aos meus colegas Afonso de Barros e Joaquim Gil Nave as reflexões críticas a uma primeira versão deste trabalho.

\*\* Investigadora do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, docente do ISCTE.

camponeses", e traduz o reflexo de uma concepção evolucionista que pode ser contestada<sup>1</sup>.

As novas e complexas configurações espaciais resultantes das transformações sociais ocorridas nos últimos 15 a 20 anos parecem pôr flagrantemente em causa duas das grandes dicotomias sobre as quais assentava o modelo espaço-temporal do pensamento clássico: agricultura/indústria, rural/urbano. Porém, as transformações da agricultura e do espaço rural induzidas por essas transformações sociais não significam que agricultura e espaço rural deixem de existir; a especialização do espaço agrícola e a diversificação do espaço rural, por via do surgimento nesse espaço de novas funções e do recuo da actividade agrícola, conduzem a uma ruralidade transformada mais do que a uma dissolução da ruralidade.

A questão que se coloca hoje com acuidade, se é que não se coloca já noutros contextos históricos e sociais, é, justamente, a da articulação/integração entre espaços sociais. Essa articulação/integração que sempre existiu tem de ser reexaminada à luz de novos modelos de análise que contemplem, designadamente, os efeitos espaciais de novos modelos de regulação económica e social e, só nesta medida, se distingue de articulações/integrações passadas.

O resultado mais imediato deste posicionamento é o questionamento do potencial heurístico dos paradigmas anteriores da oposição rural/urbano e do continuum rural/urbano. Se é pertinente defender que as novas configurações espaciais não são analisáveis em função das tradicionais categorias do rural e do urbano, todavia, não se ganhará, analiticamente falando, ao anunciar o "fim do rural". É da reconceptualização destas categorias que se trata e essa reconceptualização só ganhará, em nosso entender, sentido e pertinência teórica se se alicerçar na descrição e análise empírica (e para tal há que afinar metodologias) dessas novas estruturas espaciais.

Mais do que votar ao "ostracismo" a designação rural, a questão fundamental passa por redefinir teórica e metodologicamente o modo de apreender a(s) realidade(s) socio-espaciais à luz do novo modelo de acumulação e regulação económica e social. É na análise das lógicas de acumulação e regulação dominantes ou em afirmação, numa dada realidade sócio-espacial, que, em última instância, se testará a validade, para essa realidade, da categoria rural.

## **2. Transformação dos espaços-rurais e modelos de análise dominantes**

Na descrição e na análise das transformações sociais ocorridas no espaço rural e das interações espaciais rural/urbano, vários modelos de análise têm sido sucessivamente utilizados.

Os anos 50 são marcados pela concepção clássica da relação cidade/campo: o modelo de análise da interação entre estes dois espaços tem subjacente a

relação contraditória, se não mesmo antagónica, entre o campo e a cidade. A partir dos anos 60 um novo modelo de análise se torna dominante: trata-se da urbanização dos campos. Este modelo põe em causa a relação contraditória enunciada pelo modelo anterior, nega a existência de uma descontinuidade espacial entre os campos e as cidades e privilegia a assimilação/integração pela difusão da cultura, dos produtos e das práticas urbanas. O processo de modernização em curso, neste período, é visto como tendendo a homogeneizar o espaço. Nos anos 70 é, de novo, em termos contraditórios que se pensam as relações cidade/campo. O processo dominante enuncia-se em termos de anexação de um espaço pelo outro: o espaço rural é dominado, anexado pelo espaço urbano. Alguns autores evocam a este propósito a relação centro/periferia e a assimetria entre países desenvolvidos e países sub-desenvolvidos. A própria diferenciação entre os espaços rurais é analisada em função dos diversos graus de dominação do rural ao urbano<sup>2</sup>.

Novas realidades empíricas, por um lado, e novos questionamentos teóricos e metodológicos, por outro, resultam na colocação de um vasto conjunto de questões conducentes, respectivamente, à problematização das teorias e terminologias clássicas ou neo-clássicas e a tomar o espaço como objecto teórico, ou, dito de outra forma, a privilegiar na análise a dimensão territorial das relações sociais.

### **3. A agricultura de pluriactividade e a articulação entre espaços sociais rurais e urbanos**

A agricultura de pluriactividade constitui-se cada vez mais numa nova articulação entre a agricultura e outros sectores de actividade económica. Como referem Mingione e Pugliese, "a expansão e as novas características da agricultura a tempo parcial fazem ressaltar um problema muito generalizado (...): a articulação entre a agricultura e outros sectores de produção num contexto que já foi agrícola e rural, e que é hoje cada vez mais caracterizado pela presença, em variados graus, de diferentes actividades (excepto nas áreas mais atrasadas e mais pobres)"<sup>3</sup>.

Em Portugal a integração da agricultura e do espaço rural na economia e na sociedade englobantes tem-se feito, até data recente, sobretudo através do mercado de trabalho<sup>4</sup> e não tanto através do mercado de produtos a montante e a jusante do sector agrícola<sup>5</sup>. De facto, a industrialização da agricultura, cuja fase mais acabada, chamemos-lhe assim, aponta para situações de integração vertical, e, no limite, para situações do que se designa por processo de "agrobusiness", encontra-se, em Portugal, numa fase de atraso relativamente a outros países e, porventura, de certa forma comprometida. Em contrapartida, a significativa expressão numérica da agricultura praticada numa base de pluriactividade relevando, justamente, daquele modelo dominante de integração,

conduz, sobretudo no Norte e Centro Litorais do País, a configurações sócio-espaciais onde a clássica dicotomia rural/urbano se dissolve.

Na base da importância económica e social deste tipo de agricultura estão processos de urbanização difusa e de industrialização em meio rural, que vão da implantação nos espaços rurais da indústria cujos centros de decisão estão localizados fora desses espaços, até a formas industriais de carácter endógeno, a designada industrialização difusa.

Em Portugal, a agricultura de pluriactividade representava, em 1979, 48% do total das explorações agrícolas e cerca de 32% da área total. Refira-se que esta quantificação se reporta apenas ao chefe da exploração agrícola, isto é, assenta numa base individual e não familiar, e neste sentido corresponde ao que podemos designar por *plafond* mínimo da agricultura de pluriactividade.

A esmagadora maioria deste sector encontra-se confinado à pequena agricultura (42.5%). É na pequena agricultura de pluriactividade que, porventura, mais vincadamente se encontra forte heterogeneidade interna; o que é específico à situação portuguesa é que o grosso destas explorações constituem uma agricultura a tempo parcial de base camponesa, isto é, de carácter defensivo. Trata-se, na maior parte das situações, de uma agricultura que funciona como retaguarda de outras fontes de rendimento, designadamente do salário. A agricultura, principalmente a pequena agricultura familiar, assume, então, um papel decisivo na reprodução da força de trabalho assalariada noutros sectores.

Através do ensaio de uma caracterização e análise das modalidades de pluriactividade agrícola é possível restituir as lógicas económicas e sociais que lhe estão subjacentes, isto é, de um mesmo passo analisar: 1) o papel estratégico ou tático da agricultura na angariação e composição do rendimento familiar e 2) a(s) lógica(s) dominante(s) ou em afirmação numa dada realidade sócio-espacial.

É na análise do mercado de trabalho que a imprecisão das fronteiras entre rural/urbano e agricultura/indústria é mais patente.<sup>6</sup> Através da análise pelo lado da oferta, do mercado de trabalho local, revelam-se as modalidades de produção e reprodução da força de trabalho e as formas como as famílias regulam a vinculação dos seus membros aos mercados de trabalho extra-exploração; pelo lado da procura evidencia-se a natureza do sistema produtivo local<sup>7</sup>. A noção de sistema produtivo local encerra quanto aos aspectos materiais, produção e reprodução dos espaços sociais locais, capacidade heurística de inegável interesse. Dois aspectos, porém, julgamos importante reter no que à operacionalização desta questão diz respeito: 1) por um lado, o problema da articulação desse(s) sistema(s) produtivo(s) local(ais) com o sistema económico global - que peso conferir e como operacionalizar essa articulação aos níveis regional, nacional e, até, internacional; 2) por outro lado, tomar a noção de sistema produtivo local em termos abrangentes, entrando com o que se poderá designar pela matriz das formas de produção agrícolas e não agrícolas.

Entre a agricultura de pluriactividade onde o rendimento proveniente da agricultura é uma forma de complementar rendimentos auferidos noutros sectores de actividade, a designada pequena agricultura de complemento, com importância decisiva nalguns espaços locais em termos da reprodução social dos seus habitantes, e formas de pluriactividade agrícola apontando para situações de produção (articulada com outros sectores de actividade económica) e não meramente de reprodução social, há uma vasta gama de situações intermédias que apontarão para configurações socio-espaciais específicas.

Com decisivas implicações teóricas e metodológicas é, ainda, de salientar a questão da pluriactividade como sistema socioeconómico de vida. Dito de outra forma, as estratégias familiares de maximização da força de trabalho familiar, que remetem para a questão da pluriactividade ligada à agricultura e/ou ao trabalho a domicílio. De facto, se bem que nas sociedades do Sul da Europa a pluriactividade como um sistema socioeconómico de vida seja uma tendência mais vasta, isto é, não tenha exclusivamente como centro a agricultura, a especificidade da pluriactividade agrícola residirá na especificidade da agricultura, isto é, na sua específica distribuição espacial<sup>8</sup>. O desenvolvimento da pluriactividade agrícola tem implicações que lhe são próprias, designadamente sobre a geografia do emprego e do povoamento, sem falar da (re)organização do trabalho na exploração agrícola.

De particular interesse para uma sociologia rural será, justamente, avaliar, caracterizado no contexto em que se inserem tais práticas agrícolas, o papel - de travão ou de dinamismo - que estas poderão vir a desempenhar no desenvolvimento integrado do próprio sector agrícola. Apesar de uma tradição teórica que vai no sentido de associar rural a imobilismo e agricultura a tempo parcial a sobrevivência de formas camponesas, surgem hoje propostas de planeamento regional<sup>9</sup> e experiências de intervenção urbanística<sup>10</sup> que têm em conta o carácter dinâmico, via mercado de trabalho, da articulação agricultura/indústria. Algumas evidências empíricas localizadas nos distritos do Norte e Centro Litorais (os focos regionais da pluriactividade agrícola em Portugal) parecem apontar para uma maior intensificação agrícola entre os agricultores pluriactivos do que os agricultores monoactivos.

#### **4. A construção social da ruralidade**

A um outro nível de análise, o dos sistemas de representação do rural assiste-se, hoje, nas sociedades mais desenvolvidas a uma redefinição da ruralidade.

Seguindo de perto a conceptualização proposta por Marc Mormont<sup>11</sup>, a ruralidade não é mais hoje, sobretudo nos países desenvolvidos da Europa, uma oposição entre regiões e grupos espacialmente definidos; é um princípio de organização e um sistema de valores. É um projecto desenvolvido fora dos grupos sociais rurais e particularmente daqueles que se encontram ligados à

agricultura; são os grupos sociais urbanos ou urbanizados os principais portadores do que este autor designa por redefinição social da ruralidade. A ecologia, a guarda da natureza, a preservação dos recursos não renováveis são, resumidamente, alguns dos seus aspectos.

A ruralidade entendida nestes termos ganha coerência não mais a partir do tipo de região, actividade ou população, mas do tipo particular de gestão do território; a ruralidade é, primariamente, a representação do tipo desejado de organização socioeconómica. Agora que as fronteiras entre o rural e o urbano estão a ser redefinidas através da diversificação dos usos do espaço rural, estudar o processo de surgimento, nos actores sociais, de representações concorrentes/alternativas da representação clássica do rural é mais um dos problemas de hoje, tanto mais que essas representações determinarão, em alguma medida, o futuro das designadas regiões rurais.

Em Portugal esta questão não tem, ainda, expressão de movimento social, encontra-se numa fase embrionária, revelando-se, todavia, como tendência. Em termos dominantes, porém, para entendermos a realidade portuguesa devemos analisar a outra face ou, talvez, a outra fase desta ruralidade.

Para a introduzirmos tomemos alguns indicadores que são sugestivos da importância social da agricultura em Portugal. Em Portugal, a percentagem de famílias ligadas à agricultura ou, mais exactamente, a percentagem de famílias com exploração agrícola, no total das famílias residentes era, em 1979/81, de 27.8%; do total das famílias residentes 17.3% obtinham a maior parte do seu rendimento da agricultura; o rendimento agrícola representava 10.7% do total do rendimento das famílias.

Ora bem, a importância da agricultura e, em particular, da pequena agricultura de pluriactividade retaguarda de outras fontes de rendimento traduz-se, digamos assim, numa reserva de equilíbrio que amortece as crises do mercado de trabalho, designadamente do mercado de trabalho industrial, favorecendo a sua flexibilidade e, por esta via, participando de uma estruturação das relações sociais não apenas numa base material como aos níveis do simbólico e/ou do ideológico.

A ruralidade em Portugal, em termos dominantes, repita-se, prende-se com o exercício directo ou indirecto, por via designadamente das redes familiares, da actividade agrícola sob formas e modalidades económica e socialmente muito heterógeneas. A prática da agricultura de pluriactividade, sobretudo no Norte e Centro Litorais do País, é a expressão ao nível das transformações ocorridas na organização da actividade agrícola de uma industrialização e urbanização difusas concorrendo para uma organização socio-espacial que combina quer características rurais quer características urbanas.

A grande heterogeneidade das situações de pluriactividade agrícola, correspondendo a processos originais de ajustamento às condicionantes internas ao próprio sector agrícola e às condicionantes externas do mercado de trabalho local ou regional, e nesta medida tributária do sistema económico e social local<sup>12</sup>, ao mesmo tempo que lhe imprime a sua marca, torna a análise e

aprofundamento do estudo da agricultura de pluriactividade, designadamente no que diz respeito à sua evolução, numa questão a merecer uma atenção particular.

Tal, quanto a nós, justifica-se, se outras razões não houver, pelo contributo que dará à análise de duas questões que reputamos de inegável interesse:

1) a primeira prende-se com a discussão das potencialidades que certas formas de agricultura de pluriactividade podem apresentar, relativamente à designada agricultura profissional, nalgumas produções agrícolas. A discussão desta questão está, ainda, de certa forma comprometida por razões que não são apenas teóricas ou metodológicas, no sentido de computo estatístico, designadamente, mas também por razões políticas, chamemos-lhes assim. De facto, se bem que nos países da Europa se possa observar, por parte dos poderes públicos, e da política agrícola, uma evolução de atitudes no sentido de reconhecer e, nalguns casos em regiões agrícolas desfavorecidas, por exemplo, em regiões de montanha em articulação com o turismo, apoiar a pluriactividade das famílias agrícolas, é, ainda, o modelo da designada agricultura profissional que subjaz às principais orientações em matéria de política agrícola;

2) a segunda questão prende-se directamente com a que procurámos discutir aqui, a saber - a análise das diferenças socio-espaciais no País.

## Notas

- 1 Pierre Maclouf, "L'après-crise, une troisième 'fin des terroirs'?", *Economie Rurale*, nº 166, 1985, pp.29-37.
- 2 Ver, entre outros, Nicole Mathieu, "Un nouveau modèle d'analyse des transformations en cours: La diversification-spécialisation de l'espace rural français", *Economie Rurale*, nº 166, 1985, pp.38-44
- 3 Enzo Mingione e Enrico Pugliese, "A difícil delimitação do 'urbano' e do 'rural': alguns exemplos e implicações teóricas", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, 1987, pp.91.
- 4 Afonso de Barros e Fernando R. Mendes, "Formas de produção e estatutos de trabalho na agricultura portuguesa", *Análise Social*, nº 75, 1983, pp.57-78.
- 5 Aida V. de Lima, "Contribuição para o estatuto da mercantilização do sector agrícola", *Análise Social*, nº 77-78-79, 1983, pp.439-475.
- 6 Enzo Mingione e Enrico Pugliese, *op. cit.*, pp.83-99.
- 7 José Reis, "Os Espaços da Industrialização - Notas sobre a regulação macro-económica e o nível local", *Revista Crítica de Ciências Sociais*, nº 22, 1987, pp.13-31.
- 8 Específica distribuição espacial esta que resulta da dependência da agricultura do factor terra.
- 9 Artur da R. Pires, *Part Time Farming and Rural Development. A Regional Perspective of Portugal*, Ph. D. Thesis, University of Wales, Institute of Science and Technology, 1987.
- 10 Manuel F. de Sá, "Planeamento e Gestão do Território - O Caso do Vale do Ave", mimeografado, 1988.
- 11 Marc Mormont, "Rural nature and urban nature", *Sociologia Ruralis*, vol. XXVII (1), 1987, pp.3-20.
- 12 Será este o caso para a maioria das situações de pluriactividade agrícola em Portugal.